

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um reuniram-se, virtualmente pela plataforma GOOGLE MEET os/as Conselheiros (as) Marcos Fellipe Costa, Jaguaracy Conceição, Josenita Luz Almeida, Vitor de Castro Veiga, Rosilainde Oliveira de Amorim, Thiago Brandão, Fábio Araújo, Vanusa Araújo, Dinalva Moreira da Silva, Alda Esther Miranda Santos. Também esteve presente Rafael Henrique Costa do Conselho Municipal de Educação. A reunião teve início às quatorze horas e dez minutos quando o presidente Marcos Fellipe fez a abertura da sessão informando que já havia quórum e abriu espaço para os informes. Rafael e Josenita comentaram sobre a comissão de Acompanhamento e monitoramento do PME. Jaguaracy sugere pautar o tema na próxima reunião. Marcos diz que o objetivo desta reunião é construir o parecer anual. Na sequência começa a leitura do documento, projetando-o para que todos e todas possam acompanhar. Após a leitura do segundo parágrafo sugere criar um parágrafo sobre a devolução do dinheiro e pontuar o valor devolvido. Jaguaracy diz que se tem o documento mostrando que o dinheiro foi devolvido, deve constar o parágrafo e anexar o documento. Marcos sugere que a construção fique para um momento posterior e todos concordam. Ao finalizar a leitura do primeiro ponto questiona se haverá alguma alteração e, não havendo, avança para a leitura do segundo ponto, o qual trata sobre as divergências entre o SIOPE e RREO e foi feita apenas a retificação de anexo III para anexo VIII. Marcos explica que o ponto 2 é uma descrição de tudo que foi pontuado para a GRADUS e as respostas da empresa. Questiona se haverá modificação e, não havendo, avança para o ponto três. Nadja questiona sobre os gastos com energia que foram mencionados na leitura. Marcos fala que o parágrafo trata das divergências entre os dados do SIOPE e RREO. Nadja questiona se os gastos mudaram no período da pandemia ou se continuam os mesmos. Rafael diz que teriam que analisar os dados de 2019 e comparar com 2020. Jaguaracy diz que não sabem como é feito o pagamento, pois não descrevem quanto é de FUNDEB e quanto é de recursos próprios e que na documentação não tem esse detalhamento. Nadja diz que é importante fazer essa avaliação, mesmo que seja em outro momento. Jaguaracy diz que o conselho sempre vem cobrando essas

informações. Marcos diz que precisaria pegar as informações que constam nos processos de pagamento recebidos pelo Conselho e comparar com anos anteriores. Alda diz que, por experiência da escola dela, desde o início da pandemia, houve diminuição nos gastos com água, mas não foi muito, pois precisam fazer a higienização da escola, lavar lençóis e colchonetes para evitar que estraguem e diz que a instituição escola não fechou, por isso, os gastos não diminuiram muito. Destaca ainda que à noite precisam deixar as lâmpadas acesas para evitar vandalismo. Marcos diz que a diminuição é mínima porque a escola continua funcionando, mas podem se debruçar sobre isso e, havendo questões, acionar a SEMED, câmara de vereadores e Ministério Público. Vitor diz que no processo de pagamento consta os recibos da Coelba, o qual tem os consumos mensais e esse processo é enviado para a secretaria de serviços públicos e quando é necessário, chamam a Coelba para fazer manutenção, pois sempre surgem “gatos”. Nadja agradece a todos pelo esclarecimento e diz que queria ter um documento para entender melhor. Marcos começa a leitura do ponto 3 e, durante a leitura, diz que pode retirar a informação de que consta funcionário na “Costa do Cacau”, pois já há um termo de cooperação técnica e Jaguaracy diz que há uma lei municipal que prevê o período de duração desse termo de cooperação e tem gente que está há anos nessa situação. Marcos diz que com isso abre-se uma nova questão que é ler o termo e a lei. Vitor diz que, como os dados são de outubro, hoje já tem outra realidade e podem ajustar a questão do termo. Não houve alteração no ponto 3 e Marcos avança para a leitura do ponto 4, o qual trata sobre as despesas do Plano Municipal de Educação. Ao finalizar a leitura, Marcos explica sobre o pagamento da avaliação de desempenho e pontua que 45% da rede é de contrato REDA e que, como esses contratos existem para substituir profissionais de licença, não deveria passar de 5%. Questiona se há observação sobre essa questão e Nadja questiona se os pagamentos de avaliação estão há dois anos serem pagos e sobre o percentual de profissionais questiona se é um relato e vão cobrar ou se não precisa e esse documento já serve para isso. Marcos diz que estão discutindo o parecer que o conselho deve enviar para o TCM e completa que o conselho não é um órgão investigador, mas sim de acompanhamento, havendo

irregularidades o que podemos fazer é acionar os órgãos de controle externo. Se acharmos que precisamos deliberar algumas ações diante das questões apontadas no relatório, precisamos discutir isso na reunião ordinária. Marcos diz que após as devidas alterações e acréscimo de alguns parágrafos, o parecer está aprovado. Jaguaracy diz que precisa dizer no parecer se foi aprovado, reprovado ou aprovado com ressalvas e diz que se estão pontuando algumas questões, há ressalvas. Após votarem via chat, Marcos diz que, por unanimidade, as contas foram aprovadas com ressalvas e as ressalvas estão no relatório. Finalizado o relatório, Marcos diz que precisam discutir sobre o parecer dos precatórios do FUNDEF 2020. Começa a leitura do item 1.1 e Jaguaracy fala sobre os concluintes do curso do IBRADESC e fala da dificuldade de contato com o IBRADESC e deveria ter contato entre prefeitura e a empresa para regularizar a questão. Nadja diz que tem algumas questões sobre o curso e diz que os gastos com educação pública deveriam ter mais transparência. Diz que o documento prevê que o curso poderia ser EAD e foi totalmente EAD e precisam definir o que fazer em relação ao curso. Diz ainda que o material seria disponibilizado no tablet, mas os tablets só foram distribuídos após o curso. Se o curso foi contratado para 1020 pessoas, mas fizeram para 800 pessoas, deveria ser recalculado e devolvido o valor. Vítor informa que o contrato previa a entrega dos tablets somente após a conclusão do curso. Marcos lê o parágrafo do contrato e chega à conclusão de que tanto a interpretação de Vítor, quanto a interpretação de Nadja são possíveis diante do que está escrito. Nadja propõe o Conselho encaminhe as questões ao Ministério público. Marcos informa que é necessário finalizar a discussão do parecer antes de qualquer deliberação e continua a leitura. Após a leitura, Marcos informa que a SEMED enviou junto ao ofício uma série de currículos dos profissionais que ministraram o curso e logo após pergunta se há algo há acrescentar no texto, não havendo passa para a leitura do item 1.2 que trata dos contratos para aquisição de livros. Após a leitura Jaguaracy relata que a compra dos livros na modalidade inexigibilidade de licitação é irregular. Nadja relata que o livro entregue na escola de sua filha não foi nenhum dos descritos no ofício enviado pela SEMED, Marcos diz que o livro entregue pode ser um livro comprado em outros contratos que seria importante

conferir. Finalizada a leitura do relatório, Marcos questiona se há proposta de acréscimos ou supressões. Jaguaracy indica que é necessário constar no Parecer um parágrafo aprovando ou não as Contas referente ao precatório do FUNDEF, logo em seguida, Marcos defende que as contas sejam aprovadas com ressalvas, já que o relatório aponta questões. Não havendo acordo foi aberta a votação os conselheiros Jaguaracy Conceição e Nadja Amaral votaram pela reprovação das contas, Thiago Brandão votou pela aprovação, Josenita Luz, Marilene Santos, Carlos Fábio e Maria Cristina votaram pela aprovação com ressalvas. Dessa forma, as contas foram aprovadas com ressalvas e o parágrafo contendo essa decisão será acrescido ao parecer. O presidente diz que a proposta da Conselheira Nadja que indicou provocação aos órgãos de controle externo precisa ser discutida e votada e esclarece que no caso do IBRADESC a Câmara de Vereadores já foi acionada, no entanto no caso dos livros ainda não houve provocação à Câmara de Vereadores, assim caso aprovada a proposta o caso do IBRADESC deve ser encaminhado ao Ministério Público como propôs a Conselheira, mas o caso dos livros deve ser encaminhado à Câmara legislativa. Vitor questiona se as respostas enviadas pelo executivo não estão sendo levadas em consideração. Jaguaracy diz que há um equívoco no ofício enviado pelo executivo como resposta ao Parecer, pois o Parecer ainda não havia sido concluído e o Conselho não enviou nenhum Parecer ao Executivo para receber respostas. Marcos diz que entendeu as respostas como uma forma de responder às questões que ainda perduram no Conselho, diz que todos tinham acesso ao Parecer que estava em construção através do Google drive e que foi positivo receber respostas do Executivo apesar da falha no título do ofício. Jaguaracy defende que o assunto já está em discussão há bastante tempo e defendeu a proposta de envio aos órgão de Controle externo, ainda disse que no caso IBRADESC o Conselho enviou ofício à Comissão de Educação da Câmara e não ouve resposta. Marcos informou que o horário já estava muito além do teto da reunião e propôs que a decisão fosse adiada para a próxima reunião. Não havendo acordo no adiamento o presidente iniciou a votação. Nadja Amaral, Jaguaracy Conceição e Marilene Santos votaram pela provocação aos órgão de Controle externo, Vitor Veiga e Dinalva votaram pela não

provocação aos órgão de Controle Externo e Marcos Fellipe e Carlos Fábio votaram pelo adiamento. Dessa forma a maioria do Conselho deliberou que as questões envolvendo o contrato IBRADESC e os contratos da aquisição de livros com a Editora Cax e com a Editora Didática Nacional fossem enviadas aos órgãos de Controle externo, especificando que a questão do contrato IBRADESC deve ser enviado ao Ministério Público e os contratos das compras de livros à Câmara de vereadores. O presidente informou que o texto de provocação aos órgão será construído coletivamente e encerrou a reunião. Sem mais a tratar a reunião foi encerrada e foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Cristiniana Santos Silva, secretária deste Conselho.



Cristiniana Santos Silva

Secretária do CACS FUNDEB